



MAURÍCIO
WALDMAN

Impasses da crise energética brasileira

Poucas ocasiões mostraram um Brasil submetido a tão duras provas quanto na crise energética em curso. Sequela decorrente de polêmica decisão assumida no ano de 2012 pela presidente Dilma Rousseff (PT) em favor da diminuição das tarifas de energia, desde o início a proposta galvanizou dúvidas junto à opinião pública brasileira.

Mas, obtendo aprovação do Congresso, a presidente sancionou em 14 de janeiro de 2012 a MP (Medida Provisória) 579. Em média, a tarifa de eletricidade foi barateada em 16% para usuários residenciais, chegando até 28% para a indústria.

Medida de alto impacto midiático, a novidade foi prontamente aclamada por apoiadores da MP como uma vitória da energia a preço justo. Isso sem contar que estaria em marcha uma democratização do acesso à eletricidade. Afinal, o plano tornaria a energia disponível às mais amplas maiorias.

Porém, à luz do que hoje ocorre – com a economia expondo sinais de recessão e, como se não bastasse, carregando consigo indigesto processo de desindustrialização – soa anedótico que a deliberação tenha, na ocasião, empolgado altos escalões de entidades como a Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo).

Naquele momento, Paulo Skaff, presidente da Fiesp, chegou a anunciar que a MP 579 daria o tom da retomada da competitividade. Nas suas palavras, 2013 seria até mesmo o marco inicial da reindustrialização do país.

Contudo, não há registro de maré de otimismo sucedida por ressaca tão forte quanto à suscitada pela MP 579. Vitaminando demandas energéticas consorciadas a matriz macro-econômica respaldada num consumismo inconsequente, a empreitada não tardou em amargar extensa sucessão de deficiências.

Ignorando sucessivos prognósticos da comunidade meteorológica e ao arrepio dos claros sinais de longa estiaagem, o resultado foi o esvaziamento dos reservatórios, em nível mais acentuado do que na época do malsinado racio-

namento de 2001.

O fato levou as autoridades a operar o parque termelétrico, notório agente de carbonização da atmosfera. Pior ainda, na contramão da nebulosa autossuficiência em petróleo alardeada pelo então presidente Lula, em 2006, o Brasil acelerou a importação de petróleo, insumo energético oneroso e problemático.

O represamento tarifário e o custo requerido para sustentar as promessas da MP 579 se desdobraram num pesado ônus a ser saldado no ano próximo de 2015. A conta a ser repassada aos contribuintes rondaria – de acordo com o TCU (Tribunal de Contas da União) – a quantia de R\$ 61 bilhões. Trata-se de cifra que supera o orçamento da Educação, estipulado em R\$ 42 bilhões e corresponde a nove vezes a dotação para Ciência e Tecnologia.

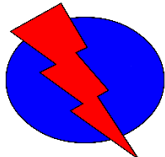
Nesta senda, a Petrobrás tornou-se pivô do maior deficit da balança de comércio exterior em duas décadas: um rombo gigantesco de US\$ 15 bilhões. Esta soma seria passível de atenuar lacunas na educação, saúde e infraestrutura, plenos de óbices para os quais o país reivindica merecida solução. Mas, cuja resolução foi novamente adiada pela conta de aquisição de um petróleo que não temos e que não é nosso.

Com base neste “pano de fundo”, a radicalização da crise energética, sinalizando o risco potencial de um apagão repleto de pesada quota de sacrifícios, terá por alvo uma população que aguarda convite para contribuir na correção dos malfeitos da gestão da matriz energética. Senha provável para que a sociedade civil seja brindada com um pacote de medidas visando ao menos arrefecer os efeitos da MP 579.

Num país que saiu cindido ao meio do processo eleitoral, pespontam discursos oficiais solicitando paz, união, candura e para arrematar, o desmanche dos palanques.

Ora, resta saber se haverá energia suficiente para sustentar tal estado de espírito. Indagação que pressagiaria, pelo mínimo, cenários muito inquietantes.

EDITORA KOTEV



Conheça os títulos de Maurício Waldman publicados pela Editora Kotev. Acesso:

Plataforma Internacional Kobo:

<https://store.kobobooks.com/search?Query=%22maur%C3%ADcio+waldman%22&pageNumber=1>

